

Vygotsky e a teoria do reconhecimento

Vygotsky and the recognition theory

DOI:10.18226/21784612.v28.e023005

Mateus Passini¹

Cássio Benjamin²

Resumo: Este artigo tem como objetivo apontar algumas relações entre a teoria do reconhecimento de Hegel e a teoria psicológica de Vygotsky. Aqui serão apresentadas duas hipóteses. A primeira é que Vygotsky foi profundamente influenciado por Hegel; a segunda, que a estrutura teórica desenvolvida por Vygotsky está vinculada ao quadro teórico do reconhecimento elaborado por Hegel. Analisaremos algumas passagens das obras dos dois teóricos que evidenciam as hipóteses levantadas.

Palavras-chave: Reconhecimento. Consciência. Vygotsky. Hegel.

Abstract: This article aims to point out some relationships between Hegel's theory of recognition and Vygotsky's psychological theory. Here, two hypotheses will be presented. The first is that Vygotsky was deeply influenced by Hegel. A second hypothesis: the theoretical framework developed by Vygotsky is linked to the theoretical framework of recognition developed by Hegel. We will analyze some passages from the works of the two theorists that show the hypotheses raised.

Keyword: Recognition. Consciousness. Vygotsky. Hegel.

Introdução

Há um evidente conhecimento, por parte de Vygotsky, dos escritos de Hegel. O objetivo deste artigo é exatamente analisar a utilização por Vygotsky da estrutura da teoria do reconhecimento

¹ Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ). Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

² Graduação e mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor Associado da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), no Departamento de Filosofia e Métodos (DFIME).

elaborada por Hegel. Sendo assim, é necessário fazer previamente duas considerações.

Um primeiro ponto que deve ser tomado aqui é que esta discussão não se propõe a inverter a recepção majoritária da estrutura teórica vygotskyana. A discussão aqui não é sobre o marxismo de Vygotsky. A hipótese aqui não nega o marxismo de Vygotsky, mas pretende demonstrar que partes centrais do seu modelo teórico fazem referência direta à teoria do reconhecimento de Hegel. Isso pode ser afirmado porque várias asserções da obra de Vygotsky podem ser vinculadas à sistemática hegeliana e, mais especificamente, à discussão sobre reconhecimento. Essa é a hipótese central de nosso trabalho.

Uma segunda consideração que merece atenção é que o conceito de reconhecimento pode ser interpretado de três formas: uma descritiva, uma normativo-sociológica, ou seja, que discute uma estrutura normativa de sociedade e, por fim, uma terceira forma normativa, que apresenta formas bem-sucedidas ou não da experiência dos sujeitos frente a essa normatividade sociológica. Nossa hipótese é que Vygotsky compartilha essa estrutura tripartite. As associações serão feitas, então, seguindo o sentido dessa construção teórica.

Acredita-se que as associações de natureza descritiva e normativo-sociológicas são estreitamente próximas da teoria do reconhecimento. No terceiro caso, aquele da normatividade relacionada a uma espécie de modelo ideal, a associação não é tão evidente, pois, de fato, as premissas estão muito próximas da teoria de Marx. Isso não impossibilita que determinadas associações sejam feitas nesse sentido, principalmente no que se refere à genealogia desse tipo normativo.

Não pretendemos reconstruir todo o quadro teórico de Vygotsky. Nossa proposta aqui é discutir algumas questões pontuais das obras de Vygotsky. Isso significa dizer que questões centrais da teoria do desenvolvimento cognitivo do autor serão colocadas em pauta, enquanto, concomitantemente, tentar-se-á demonstrar os motivos que levam à defesa que aqui se faz. Nosso texto será dividido em quatro partes. Primeiramente, uma breve exposição do modelo teórico de Vygotsky. Após isso, apresentaremos a questão da

consciência bem como a sua relação com a questão da consciência na teoria do reconhecimento. Relacionaremos a questão da consciência às questões da formação do sujeito, tomando-se como parâmetro as formas normativas de análise social e psicossocial. Por fim, a partir do que foi analisado, faremos a discussão do problema e das hipóteses colocadas em pauta.

1 Insurgência e estrutura da psicologia vygotskyana

De acordo com Cole e Scribner (1991, p. 7), na primeira metade do século XIX o estudo da consciência, ou daquilo que se poderia denominar naquele período como “alma”, era objeto exclusivo da Filosofia. No campo da Filosofia, duas grandes estruturas predominavam: o empirismo e o formalismo. A proposta de Vygotsky era elaborar uma crítica aos dois modelos predominantes que ele acreditava serem insuficientes, considerando suas contribuições à psicologia moderna bem como suas lacunas teóricas³. Há, aqui, uma semelhança evidente com o modelo dialético da crítica hegeliana em relação ao direito natural⁴.

A crítica de Vygotsky, que parte, evidentemente, de uma estrutura dialética, estende-se desde a psicologia que tentava explicar as funções mentais a partir da relação (atomística) com os estímulos sensoriais até a psicologia estritamente social, que tentava descrever o comportamento do adulto como um reflexo condicionado das experiências infantis. A tentativa de Vygotsky é justamente propor, a partir de uma crítica radical, um modelo novo de observar as funções complexas capaz de sintetizar as tensões da psicologia europeia hegemônica (COLE; SCRIBNER, 1991, p. 9). Apesar de Vygotsky adotar em certa medida o materialismo histórico, principalmente quando faz referência à influência da história na formação fisiológica do sujeito, é possível observar

³ A principal crítica em relação aos behavioristas era a de que os fenômenos mentais estavam sendo analisados atomisticamente. Nesse sentido, os processos mentais complexos eram divididos em processos simples. Por outro lado, o autor considerava que outras abordagens contemporâneas também eram insuficientes, pois, ao analisar os processos complexos partindo de um modelo de “ciência mental”, o quadro teórico em questão tendia a descrever “as propriedades emergentes dos processos psicológicos superiores” (COLE, SCRIBNER, 1991, p. 9).

⁴ HEGEL. G. W. F. *Sobre as maneiras científicas de tratar o direito natural*. São Paulo, Edições Loyola, 2007.

nesse pressuposto inicial uma referência à dialética propriamente hegeliana. Isto é, o princípio dialético que direciona inicialmente a obra de Vygotsky parte da tentativa de dissolução de tensões teóricas, inclusive semelhantes àquelas discutidas por Hegel, rumo à elaboração sintetizada de uma nova categoria de análise.

2 Dois sistemas normativos de psicologia histórico-cultural

É possível observar em Vygotsky duas formas normativas de análise do desenvolvimento cognitivo. A primeira é normativa em sentido sociológico, isto é, há, na formação das características psicológicas, elementos estruturais. Já a segunda é de natureza normativa, no sentido de um projeto de estímulo a um modelo adequado de desenvolvimento. Serão abordadas neste recorte as duas formas, tentando demonstrar suas aproximações com a teoria do reconhecimento.

Primeiramente, é necessário esclarecer alguns pontos relativos à estrutura do quadro teórico do autor, no sentido de elaborar a fundação na qual o modelo normativo se situa. Vygotsky é um autor que defende a história como condição necessária à formação da estrutura cognitiva da espécie humana. Há, portanto, uma relação determinante entre os processos históricos, sejam eles relacionados à história das sociedades ou dos indivíduos, e o desenvolvimento dos processos psicológicos nos sujeitos. A história é, considerada a partir destes pressupostos iniciais, dialética, pois, ao mesmo tempo em que os sujeitos são parte da formação da história, a história também é parte constituinte dos sujeitos. Quando se observa a história como objeto central na formação da estrutura psicológica, é um pressuposto fundamental considerar a interação entre os sujeitos. Isto é, não há formação de sujeito histórico sem relações de interdependência entre indivíduos.

O autor dá um primeiro passo rumo a uma teoria sociológico-normativa da relação estrutural entre desenvolvimento cognitivo no sujeito e relações sociais, históricas e culturais. Para Vygotsky, a criança, nas primeiras etapas do desenvolvimento, não tem a capacidade de se relacionar imediatamente com o significado dos objetos externos a si mesma, o adulto é o mediador entre a criança e o mundo. É só por intermédio da linguagem, ferramenta adquirida, que a criança pode realizar uma experiência do mundo concreto.

O adulto, como sujeito inserido na história, é o mediador entre história e desenvolvimento para a criança. Concomitantemente, a criança, ao se desenvolver, é parte constituinte da história e da cultura. A relação de troca entre a criança e o adulto é situada e produz a história social e história do sujeito.

Segundo o quadro teórico aqui discutido, há uma qualidade filogenética na troca entre criança e adultos, ou seja, há em ambos a possibilidade da comunicação mediada pela linguagem. O autor tenta estabelecer, assim, uma dissolução da tensão entre a defesa biologicista e aquela exclusivamente social na formação dos processos psicológicos. Por um lado, Vygotsky defende que há um processo natural, a saber, a capacidade de comunicação; por outro, há uma resposta aos processos naturais, esta, por sua vez, de natureza social. Os processos complexos de desenvolvimento são, nesse sentido, determinados pela relação de interação da criança com o Outro, no caso, o adulto. O processo de necessidade do Outro na formação de um Eu, tanto na criança como no adulto, é decorrente de uma interdependência psíquica de um sujeito em relação a outro.

Desse primeiro movimento decorre, segundo o autor, um segundo movimento, agora intrapsíquico, de reflexão da criança com o próprio Eu. Aquelas informações adquiridas externamente e internalizadas se tornam objeto da reflexão do sujeito com a própria consciência. Para apresentar esse processo de internalização, é necessário elucidar brevemente o conceito de fala egocêntrica.

Para Vygotsky, fala (comunicação) e ação fazem parte de um mesmo conjunto complexo de operações. A criança, quando inicia sua relação com a linguagem, utiliza-a como uma extensão de sua ação. Por exemplo, quando não alcança um objeto e necessita do auxílio de um adulto, o ato de apontar é a expressão comunicativa de uma necessidade de ação. Dito isso, os primeiros processos relativos, propriamente, à fala na criança têm como objeto a própria reflexão sobre a ação. Se, por um lado, a criança desenvolve a capacidade da utilização da fala, por outro, nos estágios iniciais de desenvolvimento desta, não há ainda a capacidade de direcionar a fala a outro sujeito. Ela utiliza-se da fala, então, como parte da operação cognitiva interna. A fala egocêntrica possibilita o rompimento da criança com a relação simbiótica com o adulto. Esses primeiros processos de interdependência comunicativa não

possibilitam, ainda, a independência da consciência do sujeito. Quando a fala internalizada adquire forma, a criança passa a se relacionar com sua própria consciência. Segundo Vygotsky (1991, p. 22):

[...] enquanto nessa situação a inter-relação dessas duas funções da linguagem é evidente, é importante lembrar que a fala egocêntrica está ligada à fala social das crianças através de muitas formas de transição. O primeiro exemplo significativo dessa ligação entre essas duas funções da linguagem é o que ocorre quando as crianças descobrem que são incapazes de resolver um problema por si mesmas. Dirigem-se então a um adulto e, verbalmente, descrevem o método que, sozinhas, não foram capazes de colocar em ação. A maior mudança na capacidade das crianças para usar a linguagem como um instrumento para a solução de problemas acontece um pouco mais tarde no seu desenvolvimento, quando a fala socializada (que foi previamente utilizada para dirigir-se a um adulto) é internalizada. Ao invés de apelar para o adulto, as crianças passam a apelar a si mesmas; a linguagem passa, assim, a adquirir uma função intrapessoal além do seu uso interpessoal. No momento em que as crianças desenvolvem um método de comportamento para guiarem a si mesmas, o qual tinha sido usado previamente em relação a outra pessoa, e quando elas organizam sua própria atividade de acordo com uma forma social de comportamento, conseguem, com sucesso, impor a si mesmas uma atitude social.

Aqui temos a estrutura da primeira relação que se pretende traçar com a teoria do reconhecimento. Enquanto na teoria do reconhecimento há uma etapa primária de relação simbiótica com a mãe que é rompida com a negação de dedicação exclusiva e, posteriormente, possibilita que a criança se perceba enquanto um Si-mesmo-no-Outro⁵, aqui as relações com a comunicação descrevem esse processo. A criança primeiramente se relaciona com o mundo, com os objetos e símbolos por meio da mediação

⁵ De acordo com a leitura de Honneth (2003, p. 159), “todas as relações primárias, na medida em que elas consistam em ligações emotivas fortes entre poucas pessoas, segundo o padrão de relações eróticas entre parceiros, de amizades e de relações pais e filhos. [...] Para Hegel, o amor representa a primeira etapa de reconhecimento recíproco, porque em sua efetivação os sujeitos se confirmam mutuamente na natureza concreta de suas carências, reconhecendo-se assim como seres carentes: na experiência recíproca da dedicação amorosa, dois sujeitos se sabem unidos no fato de serem dependentes, em seu estado carencial do respectivo outro”.

com o adulto. A relação da criança com o mundo depende de um movimento de simbiose com o adulto, seus processos psicológicos são dependentes dessa relação. Posteriormente, com a necessidade de as ações serem concretizadas sem a ajuda do adulto, a criança passa a descrever para si mesma a ação que deseja realizar, o que possibilita a criação de um método para alcançar um objetivo. Por fim, as operações são refletidas em direção a possibilitar uma consciência de um Eu que, apesar de fundamentalmente vinculada ao adulto, agora tem autonomia. Aqui está descrita, então, a primeira relação com a estrutura metodológica com a teoria do reconhecimento. A etapa do reconhecimento afetivo, isto é, da necessidade do Outro individual para reconhecimento de um Si-mesmo individual, e o desenvolvimento da fala nas primeiras etapas do desenvolvimento linguístico e da cognição nas crianças compartilham de uma mesma estrutura teórico-metodológica.

Já com algum grau de autonomia em relação a Outros, que fazem parte do meio social, histórico e cultural do meio imediato, dos adultos de proximidade, de acordo com a defesa que aqui se faz, reconhecida na esfera individual, agora tratar-se-á da inserção do processo cognitivo da criança na comunidade em geral. Se o desenvolvimento cognitivo está inserido numa história da sociedade, tem-se de pressupor que há inserção do sujeito no conjunto cultural, em geral, pois “a história do processo de internalização da fala social é também a história da socialização do intelecto prático das crianças” (VYGOTSKY, 1991, p. 22).

Como dito, primeiramente a fala tem como função estabelecer a relação da criança com os sujeitos ao seu redor bem como mediar a sua relação com o ambiente. Quando a fala é internalizada, a criança torna-se capaz de elaborar pensamentos. Porém, somente quando é exposta à relação com um grupo, no caso, um grupo de outras crianças, a criança se torna capaz de elaborar um pensamento com capacidade de demonstrar uma posição, assim como checar a validação por seus pares. Esse processo ocorre no desenvolvimento da capacidade de ação voluntária da criança⁶.

⁶ Segundo Vygotsky (1991, p. 60), “pesquisas anteriores estabeleceram que, em primeiro lugar, a criança se torna capaz de subordinar seu comportamento às regras de uma brincadeira de grupo, e que somente mais tarde surge a autorregulação voluntária do comportamento como uma função interna”.

De acordo com a teoria do desenvolvimento aqui discutida, essa forma de aprendizado possibilita a definição do conceito de zona de desenvolvimento proximal. A criança passa, no decorrer de seu desenvolvimento, por diferentes etapas de internalização, porém só é possível que haja desenvolvimento na relação com o Outro, as comunidades e os grupos. Os processos internos de desenvolvimento estão diretamente associados à relação da criança com os parceiros de interação e os objetos externos presentes no meio ambiente. Quando essas relações são internalizadas pela criança, há uma forma de desenvolvimento que é ao mesmo tempo individual e social. Aqui se tem o pressuposto que possibilita a segunda relação com a teoria do reconhecimento. É somente a partir de uma relação com grupos que a própria cognição tem possibilidade de desenvolvimento⁷. Uma estrutura de pensamento só é efetivada quando legitimada pelos pares. No caso da teoria vygotskyana, esse processo, típico do comportamento adulto, começa a ocorrer ainda na infância.

Na etapa do reconhecimento jurídico em Hegel, as relações de reconhecimento, que ocorrem nos sujeitos pertencentes à sociedade civil, estão determinadas pela validação da condição de sujeito do Outro, enquanto detentor das mesmas propriedades qualitativas de sujeito social. Portanto, nas relações de reconhecimento jurídico, apesar da permanência dos pressupostos ainda se firmarem na pretensão de reconhecimento do indivíduo como pessoa, já há uma qualidade de universalização, mesmo que apenas jurídica e não ética. Já para Vygotsky, o sujeito só tem o seu desenvolvimento psicológico efetivado devido à zona de desenvolvimento proximal. Isto é, o sujeito se desenvolve enquanto cognição na validação por seus parceiros de interação, sendo reconhecido como uma unidade, e, em especial, por seus pares. A dependência do Outro na determinação do desenvolvimento de um processo interno é o que possibilita, aqui, a defesa de que a inserção de uma cognição frente à

⁷ A passagem do indivíduo ao grupo (o que implica uma crítica à própria noção de indivíduo), como um dos momentos principais do processo de reconhecimento, aparece em várias passagens em Hegel (como nos “Princípios da filosofia do direito”, por exemplo), mas, por aqui estarmos discutindo os textos de juventude do autor, referenciamos-nos a partir do “Sistema da eticidade” (HEGEL, 1991).

sociedade, em geral, é vinculada ao modelo teórico e metodológico das relações de reconhecimento na esfera jurídica⁸.

Estabelecida essa relação com a sociedade em geral, Vygotsky propõe o modelo de inserção da criança na moralidade. Quanto a essa passagem, não será possível um desenvolvimento profundo, pois no próprio autor não há uma discussão extensa, porém é necessário ter atenção ao conceito utilizado.

Foi possível observar, a partir da leitura de Honneth sobre o modelo hegeliano de reconhecimento, que o conceito de “solidariedade” é protagonista na definição do sujeito reconhecido na totalidade ética⁹. No quadro teórico de Vygotsky, somente por meio do agir voluntário, já legitimado ou condenado pelos parceiros de interação, torna-se possível uma forma de análise moral do comportamento por parte dos sujeitos. São necessárias, então, três etapas até o alcance do agir moral. Na primeira, no desenvolvimento inicial da fala, a criança se torna capaz de internalizar a comunicação e os símbolos que fazem parte da sua formação cognitiva. Na segunda, tal qual definida pela zona de desenvolvimento proximal, o sujeito se torna capaz de revisar e refletir o seu agir a partir da interação com parceiros, o que estrutura o próprio desenvolvimento do pensamento. Por fim, o pensamento cria capacidade de conferir a validação do agir voluntário bem como, em sentido contrário, torna-se capaz de avaliar a partir de juízos o comportamento do Outro. Esse movimento possibilita um perceber da cognição e do sujeito: primeiramente, enquanto indivíduo(al), posteriormente, como parte de grupos e da sociedade civil e, por último, como membro de uma totalidade que partilha um conjunto de valores.

⁸ De acordo com Vygotsky (1991, p. 61), “esses exemplos individuais ilustram uma lei geral do desenvolvimento das funções mentais superiores, a qual achamos que pode ser aplicada em sua totalidade aos processos de aprendizado das crianças. Propomos que um aspecto essencial do aprendizado é o fato de ele criar a zona de desenvolvimento proximal; ou seja, o aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e quando em operação com seus companheiros. Uma vez internalizados, esses processos tornam-se parte das aquisições do desenvolvimento independente da criança”.

⁹ Segundo Honneth (2001, p. 154), “o gênero de relação social que surge quando o amor, sob pressão cognitiva do direito, se purifica, constituindo-se em uma solidariedade universal entre os membros de uma coletividade; visto que nessa atitude todo sujeito pode respeitar o outro em sua particularidade individual, efetua-se nela a forma mais exigente de reconhecimento recíproco”.

De acordo com Vygotsky (1991, p. 60), “a cooperação fornece a base para o desenvolvimento do julgamento moral pela criança”.

Os pressupostos até aqui apresentados neste item confirmam a hipótese de que é possível traçar uma relação normativo-sociológica, tanto puramente teórica como metodológica, entre a teoria do reconhecimento e a psicologia **Vygotskyana**. Porém, ambas as teorias têm, também, caráter normativo no sentido de uma transformação social. Esse elemento será discutido nos parágrafos que se seguem.

3 Possibilidades e impossibilidades de relações teórico-metodológicas

Ambos os modelos teórico – a saber, a teoria do reconhecimento e a psicologia vygotskyana – têm um caráter fortemente normativo, no sentido de propor um horizonte de realização das relações com maior sucesso. A possibilidade de associação entre esses dois modelos teóricos, nesse caso, está exclusivamente no fato de que os autores têm como pretensão, para além da descrição do funcionamento dos processos, propor formas de interpretação dos fenômenos sociais e psicológicos com vistas ao juízo do que são relações bem-sucedidas, . Porém, o caminho teórico dos autores difere epistemologicamente. Não é possível, desta maneira, propor uma relação forte e direta entre as duas estruturas teóricas no que diz respeito a esse aspecto.

A teoria do reconhecimento propõe que a realização bem-sucedida dos processos está contida na possibilidade de inserção do sujeito (como reconhecido) nas diferentes esferas da organização social. A condição para um modelo bem-sucedido de sociedade é a participação do sujeito na eticidade, o que teria vínculo, apesar de não dependência, com a realização do reconhecimento nas esferas afetiva (do indivíduo) e jurídica (da relação com a sociedade civil). No caso da psicologia de Vygotsky, a realização bem-sucedida depende, também, da possibilidade de ingresso do sujeito na esfera da totalidade, o que presume que as etapas do desenvolvimento da criança, as quais foram anteriormente relacionadas à teoria de Hegel

e Honneth, têm de ter sido realizadas desde a primeira etapa¹⁰. Esse é o limite da possível relação estritamente normativa entre as teorias em questão.

A limitação se dá no sentido de que a abordagem dos autores sobre como esse processo pode se configurar como realizado difere significativamente. Na teoria do reconhecimento, o que realiza os sujeitos na totalidade passa por um processo de conflito. O centro da discussão é a luta pela necessidade de reconhecimento. Por outro lado, na psicologia de Vygotsky, o desenvolvimento adequado parte do estímulo ao uso de determinadas qualidades psicológicas a partir da formação educacional, nesse caso não exclusivamente escolar, mas histórico-cultural. Não se pode negar que o conflito e a negação do outro fazem parte do processo de identificação do Eu como um Si na teoria de Vygotsky. Porém, o caminho rumo à participação na totalidade ética pode decorrer do sucesso nas relações da zona de desenvolvimento proximal, isto é, o objeto que protagoniza a discussão puramente normativa é mais próximo de uma teoria educacional do que de uma teoria do conflito.

Dito isso, pode-se presumir que o presente trabalho não tem como tema a psicologia da educação de Vygotsky, mas, o que aqui interessa, o quadro teórico-metodológico do autor. Logo, não será discutida a forma que Vygotsky aborda o modelo educacional “ideal”. Contudo, aqui temos uma resposta inicial referente à hipótese levantada: há uma relação entre os modelos normativo sociológicos das teorias em questão, que pode ser evidenciado com facilidade. Por outro lado, há uma relação genérica entre elas no sentido normativo de ideal, desde que sejam consideradas as ressalvas quanto ao caminho prático que se deve percorrer para a realização bem-sucedida dos processos sociais e psíquicos. Confirmada a primeira hipótese, parte-se agora para a discussão descritiva da teoria do desenvolvimento cognitivo.

4 Definições gerais do conceito de reconhecimento: dialética do senhor e do escravo

¹⁰ Segundo Hegel (2007, p. 107), “a vida ética, na medida em que ela se expressa também no indivíduo singular como tal, é um negativo. Ela não pode, em primeiro lugar, expressar-se no singular se ela não é sua alma, e ela não o é senão na medida em que ela é um universal e o espírito puro de um povo; o positivo é por natureza, anterior ao indivíduo singular”.

Antes de entrar na discussão descritiva da teoria do desenvolvimento cognitivo em Vygotsky, é necessário expor de forma breve o processo de reconhecimento na estrutura da consciência presente na *Fenomenologia do espírito* de Hegel. É com essa descrição que a comparação poderá ser realizada. O que é fundamental para a hipótese do artigo é o capítulo referente à “Consciência-de-si” (HEGEL, 1992, p. 119), mais especificamente os itens “A verdade da certeza de si mesmo” (HEGEL, 1992, p. 119-151) e o famoso item “Independência e dependência da consciência-de-si: Dominação e Servidão” (HEGEL, 1992, p. 126-134).

A consciência é, para Hegel (1992), verdadeira para si mesma, na medida em que é objeto dela mesma. A consciência tem dois fundamentos que se antagonizam e se suprassumem. Por um lado, é objeto de si mesma, sendo consciência e objeto, que é a própria consciência. O que a torna uma unidade indistinta. Por outro lado, ela é também diferente, porque é consciência de algo externo. Ou seja, a consciência é ao mesmo tempo distinta de si, pois é certeza e objeto. A consciência é, desta maneira, ao mesmo tempo, Ser-em-Si e Ser-para-um-Outro, pois nela estão contidos dois momentos e fenômenos de Si-mesma¹¹.

Considerando o que foi dito anteriormente, o em-Si é ao mesmo tempo o Eu e uma realização do Ser no Outro, no caso um Eu-sendo em relação ao Outro. Por um lado, é antagonismo por excelência, porque ao mesmo tempo é aquilo que difere: o não-É. É confronto. Por outro lado, é também a reconciliação na unidade, porque É e não-É concomitantemente. A relação de ser-Um e ser-Outro configuram o que aqui se chama de unidade no Eu. Dessa maneira, o Outro é aqui representação de tudo aquilo que lhe é externo, sendo, assim, Universal. O ser-Um e o ser-Outro traçam a possibilidade da singularidade e da universalidade numa mesma unidade de suprassunção. Tanto singularidade como universalidade não são, assim, a essência do Eu, mas são partes que se contrapõem e se reconciliam numa unidade suprassumida

¹¹ Segundo Hegel (1992, p. 139), “chamemos conceito o que o objeto é em-si, e objeto o que é como objeto ou para um Outro; então fica patente que o ser-em-si e o ser-para-um-Outro são o mesmo. Com efeito, o Em-si é a consciência, mas ela é igualmente aquilo para o qual é um Outro (o Em-si): é para a consciência que o Em-si do objeto e seu ser-para-um-Outro são o mesmo”.

(HEGEL, 1992). O Outro tem de configurar-se um Ser, na medida em que é responsável pela suprassunção da experiência do mundo sensível contida na consciência em-Si. Ou seja, enquanto o em-Si remete à experiência da consciência com o mundo sensível de maneira apenas fenomênica, a experiência da consciência com a própria consciência diferente e igual possibilita que a consciência garanta a verdade de si mesma. A consciência tem, dessa maneira, dois objetos: o objeto fenomênico da certeza sensível e o objeto consciência, no caso, ela é objeto de Si-mesma. Na suprassunção e na reconciliação desse confronto, a consciência constitui um objeto de unidade: a própria relação¹².

Desse ponto, parece que Hegel começa a caminhar no sentido de uma teoria social, pois, estabelecidas a relação da consciência consigo mesma e a lógica com que se manifesta sua estrutura, há necessidade de aplicação desse mesmo método quando o observado não é a própria consciência em-Si e para-Si, mas a relação de uma consciência-de-si com outra consciência-de-si. Nesse sentido, defende Hegel (1992, p. 150), “uma consciência-de-si só alcança satisfação em outra consciência-de-si”. Daí uma das máximas da *Fenomenologia do espírito*, no que se refere à relação tanto da consciência consigo mesma quanto de uma consciência-de-si para com outra consciência-de-si: o conceito primário de espírito está na consciência que é ela mesma e também oposição a si mesma porque é Outro. Nesse caso, o que É, é ao mesmo tempo Um e não-Um, isto significa que é singularidade e totalidade. A unidade da consciência está num “Eu que é Nós, Nós que é Eu” (HEGEL, 1992, p. 151).

Após estabelecer a necessidade de uma consciência-de-si para com outra, Hegel trata de discutir como essas relações se estabelecem e aí se encontra uma definição precisa do que ele pretende definir como reconhecimento. Como anteriormente dito, os momentos da consciência devem estar ao mesmo tempo considerados na sua diferença e na sua unidade totalizante. O antagonismo, a relação

¹² Segundo Hegel (1992, p. 140), “a consciência tem de agora em diante, como consciência-de-si, um duplo objeto: um, o imediato, o objeto da certeza sensível e da percepção, o qual, porém, é marcado para ela com o sinal do negativo; o segundo objeto é justamente ela mesma, que é a essência verdadeira e que de início só está presente na oposição do primeiro objeto. A consciência-de-si se apresenta aqui como o movimento no qual essa oposição é suprassumida e onde a igualdade consigo mesma vem-a-ser para ela”.

do que é com o seu oposto, é a condição fundamental e necessária do reconhecimento, pois o reconhecimento do que é opostamente diferente resulta na suprassunção de momentos antagônicos. Essa suprassunção é o condicionante da totalidade ou da universalidade bem como da consciência-de-Si e singularidade como o todo da eticidade. Esse princípio contradiz essencialmente o princípio atomista da universalidade como soma de particularidades ou totalidade abstrata ausente de particularidades e singularidade. Uma consciência-de-Si se reconhece diferente de Outra e toma consciência de si mesma tomando por referência aquilo que não-É. Esse movimento de confronto e reconciliação, que decorre dos princípios de particularidade e universalidade no singular e no todo da eticidade, define o conceito de reconhecimento¹³.

Esse movimento não pode ter sentido unilateral, pois as consciências em relação atuam mutuamente uma sobre a outra. O movimento de reconhecimento é ativo e passivo, no sentido que configura ação. Uma consciência-de-Si age sobre outra consciência-de-Si. Os processos a que cada uma está submetida seguem a mesma estrutura de movimento, sendo o confronto com o Outro, a identificação do Eu, a suprassunção dos dois momentos no reconhecimento e a libertação do outro; tornando-se Singularidade no Nós. O agir tem, então, dois sentidos: um sentido ativo, quando o agir atua na consciência-de-Si do Outro, e um sentido passivo, tal como a suprassunção do confronto retorna para a própria consciência-de-Si. Esse movimento torna a relação uma unidade, tal qual no conceito de reconhecimento, ou seja, o reconhecimento é a própria unidade da relação suprassumida.

Na estrutura da teoria, é importante ter claro que Hegel acredita se tratar sempre de uma tensão entre afirmação e negação. O autor trata dessas questões nas suas últimas consequências. Se ambos os lados têm intenção de reconhecimento pelo adversário, somente travando um conflito com direção à resolução da tensão

¹³ O reconhecimento é, para Hegel (1992, p. 126), “esse suprassumir de sentido duplo do seu ser-Outro de duplo sentido é também um retorno, de duplo sentido, a si mesma; portanto, em primeiro lugar a consciência retorna a si mesma mediante esse suprassumir, pois se torna de novo, igual a si mesma mediante esse suprassumir do seu ser-Outro; segundo, restitui também a ela mesma a outra consciência-de-si, já que era para si no Outro. Suprassume esse seu ser no Outro, e deixa o Outro livre, de novo”.

é possível que uma parte reconheça a outra ou mesmo que se reconheçam de forma recíproca. Pode-se denominar esse conflito como luta por reconhecimento.

5 A teoria da consciência em Vygotsky: um modelo descritivo

Assim como Hegel, na *Fenomenologia do espírito*, Vygotsky elabora um modelo teórico que tem como tema a relação entre duas formas distintas da consciência. Esse modelo tem natureza exclusivamente descritiva. O conceito fundamental para a compreensão desse quadro é o de atividade mediada. A razão para o psicólogo apresentado, assim como era para o idealista alemão, é, por excelência, um objeto externo aos objetos com os quais se relaciona. O que dá a característica de unidade conceitual à razão é a mediação. A atividade mediada é uma unidade da razão, da mesma forma que a razão opera a partir da atividade mediada.

O uso de signos é, então, decorrente da atividade mediada. A função de esclarecer esse conceito é que se compreenda o uso de signos como uma atividade mediada, ou seja, os instrumentos e os símbolos, mesmo quando significados, não são objetos isolados da mediação da razão. As atividades que a cognição realiza não podem estar condicionadas à concretude de instrumentos e signos, mas são, necessariamente, dependentes de uma operação da consciência.

A relação dos sujeitos com os instrumentos e os signos tem de diferir, pois a atividade de mediação opera de formas diferentes na relação com esses dois objetos. No caso do instrumento, a atividade mediadora da consciência apreende o objeto externo ao sujeito, ou seja, a relação com o instrumento tem como função relacionar o sujeito com o mundo diretamente. É nessa relação que está fixada a ação de transformação dos objetos externos. Em sentido distinto, a relação com o signo é determinada por uma relação interna do indivíduo com a sua própria consciência. Dessa maneira, a relação com o signo é uma consciência da consciência. Respectivamente, a primeira tem por função proporcionar a experiência de apreensão dos objetos concretos a uma consciência e a segunda tem por função elaborar uma forma de apreensão da consciência por outra consciência.

O uso de instrumentos leva à categorização do humano como um ser que não é determinado por características filogenéticas, como

algumas correntes contemporâneas a Vygotsky defendiam. Há uma operação ontogenética complexa já na capacidade da consciência de apreender um objeto e transformá-lo, sendo que, na medida em que o transforma, modifica também a história da espécie e, conseqüentemente, as características filogenéticas da espécie. O uso de signos, por sua vez, possibilita um horizonte de reflexão sobre o próprio pensamento sobre a ação. O uso da atividade mediada da consciência, no uso de signos, relacionado a uma consciência direta do objeto, em relação dialética, possibilita uma forma de processo específica. O autor denomina “funções psicológicas superiores”¹⁴.

Essa é a chave para relacionar a teoria da consciência vygotskyana com a teoria hegeliana apresentada na dialética do senhor e do escravo. Há, então, na teoria agora apresentada, uma consciência que é dependente de um objeto imediato exterior a Si-mesma, o que aparece na relação do indivíduo com o instrumento. Por outro lado, há uma consciência mediada que tem como objeto a própria reflexão sobre aquele objeto instrumental. A primeira representa uma consciência escrava, enquanto a segunda representa uma consciência autônoma e independente. Mas é necessário compreender, aqui, que a primeira não se reduz ao papel de compreensão da relação com o instrumento, mas é também mediada, porque é consciência, além de desempenhar a tarefa de mediação com a segunda forma de consciência. Por sua vez, a segunda consciência, representada pela relação com os signos, é o que possibilita à primeira consciência determinados tipos de interação com o objeto externo, a cultura e a história. Nessa relação de necessidade complexa de uma consciência para com a outra está contido o conceito de “função psicológica superior” bem como o pressuposto metodológico fundamental da dialética do senhor e do escravo. As transformações no processo de realização das consciências são descritas em três etapas.

Em um primeiro momento, “uma operação que inicialmente representa uma atividade externa é reconstruída e começa a ocorrer

¹⁴ Para Vygotsky (1991, p. 40), “o uso de meios artificiais – a transição para a atividade mediada – muda, fundamentalmente, todas as operações psicológicas, assim como o uso de instrumentos amplia de forma ilimitada a gama de atividades em cujo interior as novas funções psicológicas podem operar. Nesse contexto, podemos usar o termo função psicológica superior, com referência à combinação entre o instrumento e o signo na atividade psicológica”.

internamente” (VYGOTSKY, 1991, p. 141). Vygotsky ressalta que o desenvolvimento dos processos mentais superiores ocorre a partir da transformação da atividade que utiliza signos. Posteriormente, “um processo interpessoal é transformado num processo intrapessoal. Todas as funções no desenvolvimento da criança aparecem duas vezes: primeiro, no nível social, e, depois, no nível individual” (VYGOTSKY, 1991, p. 141). **Isso significa que há uma passagem do espaço interpsicológico para aquele intrapsicológico.** Por fim, “a transformação de um processo interpessoal num processo intrapessoal é o resultado de uma longa série de eventos ocorridos ao longo do desenvolvimento” (VYGOTSKY, 1991, p. 141). Esse processo continua por um longo período, até internalizar-se definitivamente. Segundo Vygotsky, o estágio de signos externos é o estágio final do desenvolvimento.

Segundo o autor, essa é a base para a fundação de uma psicologia humana que considere um conjunto de variáveis complexas tanto no exercício da razão quanto na ação humana. Esses pressupostos, para Vygotsky, estão associados ao conjunto de relações culturais e históricas, tanto do sujeito quanto do processo social. A perspicácia em perceber a relação entre duas formas de consciência interdependentes, em sentido dialético, é o que leva à confirmação da hipótese de que há uma relação entre as teorias da consciência de Hegel e Vygotsky e, mais do que isso, que elas estão necessariamente situadas em um mesmo quadro teórico-metodológico.

Conclusões

A partir da discussão apresentada, foi possível concluir que de fato há uma relação teórico-metodológica entre os dois quadros teóricos apresentados. Porém, é necessário ressaltar quais os pontos de convergência e quais as limitações encontradas.

Primeiramente, acredita-se relevante mencionar que o modelo descritivo desenvolvido pelos autores evidencia uma relação necessária entre os pressupostos da teoria psicológica de Vygotsky e a estrutura descritiva da teoria do reconhecimento de Hegel. Foi possível também confirmar a hipótese de que, no sentido normativo fraco, isto é, em uma normatividade típica do modelo teórico da ciência social, a estrutura de etapas referentes ao quadro teórico do

reconhecimento e do desenvolvimento psicológico mencionados partilham de uma mesma episteme.

De modo oposto, foi possível observar que, no sentido normativo forte, os modelos diferem significativamente. Apesar de coincidirem genealogicamente, não há como ser conclusivo quanto ao conteúdo educacional da proposta normativa de Vygotsky. Parece possível elaborar uma aproximação, porém, nos limites do presente artigo, não fomos capazes de exaurir completamente essa questão.

Em linhas gerais, o que se acredita ser o principal ganho teórico do presente artigo é a apresentação de uma fundamentação que permitisse demonstrar que a teoria vygotskyana tem fortes influências do pensamento hegeliano. Pode-se presumir, a partir do texto corrente, que a teoria do reconhecimento pode oferecer ferramentas fundamentais para a compreensão mais profunda da estrutura do pensamento de Vygotsky.

Referências

- BOURGEOIS, B. *Le droit naturel de Hegel (1802-1803)*: Commentaire. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1986.
- BLUNDEN, A. *Hegel, Marx and Vygotsky: essays on social philosophy*. Leiden: Brill, 2021.
- COLE, M.; SCRIBNER, S. Introdução. In: VYGOTSKY, L. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 7-16.
- EIDAM, H. Ética e estar-aí, ou a pista irreduzível. Um esboço acerca da questão do reconhecimento. *Veritas*, v. 48, n. 2, p. 159-169, 2003.
- GUIMARÃES, C. O retorno de Hegel a Escola de Frankfurt. *Perspectivas*, v. 16, p. 13-23, 1993.
- HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do espírito*. São Paulo: Editora Vozes, 1992.
- HEGEL, G.W.F. *O sistema da vida ética*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1991.
- HEGEL, G. W. F. *Sobre as maneiras científicas de tratar o direito natural*. São Paulo, Edições Loyola, 2007.

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

LOEWE, D. La política del reconocimiento. *Veritas*, v. 51, n. 4, p. 61-78, 2006.

VIGOTSKI, L. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Submetido em 14 de fevereiro de 2022.
Aprovado em 07 de julho de 2022.